

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Trata-se de recurso interposto pela TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, irresignada pela sua inabilitação no Pregão 06/2020, tendo formulado proposta para os itens 28 e 40 daquele certame.

Na ocasião, o Pregoeiro promoveu a desclassificação da empresa por descumprimento da Condição 11.1.6.a, tendo registrado no chat da Sessão Pública não ter sido encaminhada a Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial. Relatou ainda não ter sido possível a geração online do referido documento.

A empresa, irresignada, apresentou suas razões, tempestivamente. Em resumo, alega que:

"(...)

Em que pese possuir em seus arquivos a Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, a Recorrente não enviou junto aos demais arquivos a citada certidão, notando o erro formal quando foi proferida a decisão acima.

No mesmo dia a Recorrente informou por meio do Chat que houve erro formal, uma vez que a empresa possui a citada certidão expedida em 12.02.2020, conforme segue em anexo e no print screen abaixo, bem como entrou em contato por telefone e, posteriormente por meio do sistema COMPRASNET demonstrou intenção de interposição do Recurso, que ora apresenta.

(...)

Outro ponto que merece ser repisado, é que a empresa TLG, ora Recorrente obteve sucesso no Pregão com a oferta no valor de R\$ 7,20 (sete reais e cinquenta centavos) para o item 28 e item 40, enquanto a terceira colocada AGEM TECNOLOGIA INDUSTRIA DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES, que estaria habilitada pelo TRE-BA ofertou o valor de R\$ 8,35 (oito reais e trinta e cinco centavos)."

Prossegue, ainda, a recorrente:

"(...)

De acordo com o retrospecto fático apresentado, verifica-se que a decisão que inabilitou a hora Recorrente não lhe permitiu apresentar documentação que julgou faltante: Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial.

(...)

Conforme informado no chat do sistema COMPRASNET na data de julgamento de habilitação, a empresa Recorrente se prontificou a enviar a Certidão de Falência e Concordata solicitada, visto que foi mero "esquecimento" anexar junto à documentação de habilitação.

(...)

A habilitação da Recorrente, in casu, não fere o princípio da isonomia, haja vista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, sem incluir qualquer documento posterior à realização da abertura do certame, isto é, a data de emissão da certidão faltante é anterior."

É o relatório.

Preliminarmente, cumpre registrar que a Administração, na figura do Pregoeiro, busca sempre o fim público, pautando-se nas Normas e Princípios basilares à execução de suas atividades. As decisões manifestas no curso do certame são tomadas tendo em conta critérios objetivos e transparentes aos participantes.

Dito isto, parece a este subscritor que o novel Decreto 10024/2019, que regeu o Pregão em apreço, pretendeu tornar claro, no art. 19, II, que cabe ao licitante remeter os documentos de habilitação no mesmo momento em que registra sua proposta no sistema eletrônico. Neste entendimento, não vislumbramos isonomia em permitir eventual apresentação posterior de documento que deveria ter sido carreado em outro momento.

O próprio licitante registra em suas razões haver esquecido de juntar a certidão prevista na Condição 11.1.6.a do Edital. Ressalvada melhor avaliação, este subscritor considera que receber o documento posteriormente seria premiar o lapso ora reconhecido pela recorrente.

Este Pregoeiro noticia, ainda, que buscou obter o documento em sítio oficial do distribuidor da sede da licitante, conforme art. 43, § 3.º do citado Decreto Presidencial, sem êxito.

Acerca do valor pactuado, questão suscitada nas razões de recurso, eis que os itens 28 e 40 podem ser adjudicados à licitante habilitada, AGEM TECNOLOGIA INDUSTRIA DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES, tendo a vencedora apresentado valor abaixo do máximo aceitável, permanecendo vantajosa a compra, mesmo que a valor unitário superior ao proposto pela primeira inabilitada.

Por tudo quanto exposto, este Pregoeiro manifesta-se pela improcedência do recurso e consequente manutenção da inabilitação da Recorrente.

Em 30/03/2020.

MARCONNI RODRIGUES DE ALCÂNTARA SANTOS
Pregoeiro

Fechar